

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.788.058 - SP (2018/0338828-0)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**RECORRENTE : GLORIA ALVES DE SOUZA**  
**ADVOGADO : EDVALDO VOLPONI - SP197681**  
**RECORRIDO : INSTITUTO DE PAGAMENTOS ESPECIAIS DE SAO PAULO - IPESP**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por GLÓRIA ALVES DE SOUZA, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (e-STJ fl. 80):

APELAÇÃO – PREVIDENCIÁRIO – PEDIDO DE HABILITAÇÃO EM EXECUÇÃO DE SENTENÇA. – Complementação de pensão de 75% para 100% dos proventos ou vencimentos – Prescrição reconhecida em primeiro grau – Irresignação – Descabimento – Orientação da Corte Superior no sentido de que o prazo prescricional para a execução individual é contado do trânsito em julgado da sentença coletiva – Pedido de habilitação em sentença que, assim, se deu quando superado o prazo prescricional – Sentença mantida - Negado provimento ao recurso.

No presente recurso, a parte sustenta que a sentença fundada na prescrição feriu de morte o direito da habilitante (e-STJ fl. 96).

Aduz que o acórdão atacado "não se atentou para a Súmula 443 do STF" (e-STJ fl. 96), bem como que o prazo a ser aplicado à execução individual da sentença coletiva é de 20 anos, nos termos da Súmula 150 do STF.

Afirma que as ações de ressarcimento são imprescritíveis, conforme estabelecido no art. 37, § 5º, da Constituição Federal.

Contrarrazões às e-STJ fls. 102/105.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC". (Enunciado Administrativo n. 3).

Feita essa consideração, observa-se que a irresignação recursal não merece prosperar.

Com efeito, é deficiente a fundamentação do recurso que não aponta o dispositivo de lei federal violado pelo acórdão recorrido, circunstância que atrai, por analogia, a incidência do entendimento da Súmula 284 do STF.

Quanto à suposta contrariedade da Constituição Federal, cumpre salientar que o recurso especial não é remédio processual adequado para conhecer de

irresignação fundada em suposta afronta a preceito constitucional, sendo essa atribuição da Suprema Corte, em sede de recurso extraordinário (art. 102, III, da CF).

Noutro giro, nos termos da Súmula 518 do STJ, inviável o conhecimento de eventual contrariedade das Súmulas 443 e 150 do STF, enunciados que, para os fins do art. 105, III, "a", da Constituição Federal, não se enquadra no conceito de lei federal.

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **NÃO CONHEÇO** do recurso especial. Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários sucumbenciais em 10% sobre o valor já fixado na origem, respeitados os limites e os critérios previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo. Suspensa a exigibilidade por tratar de beneficiário de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO GURGEL DE FARIA**

Relator